

Congresso poderá ser convocado em janeiro

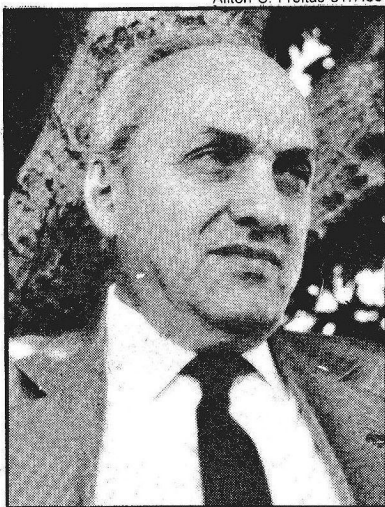
Ailton C. Freitas 31.7.89

O Congresso Nacional poderá ser convocado extraordinariamente entre os dias 2 e 7 próximos para apreciar uma medida provisória liberando os recursos federais destinados às regiões atingidas pelas enchentes. A convocação será discutida hoje à tarde, durante encontro entre o novo chefe do gabinete civil da Presidência da República, Luiz Roberto Ponte, com o presidente do Senado, Nelson Carneiro, e o líder do PMDB nessa Casa do Congresso, Ronan Tito.

Luiz Roberto Ponte telefonou para Ronan Tito no final da tarde de ontem para indagar sobre as condições para a convocação, e o líder imediatamente entrou em contato com Nelson Carneiro, que se encontrava no Rio, acertando a reunião de hoje à tarde.

Embora tenha restrições ao funcionamento extraordinário do Congresso, "por seu alto custo", Ronan Tito considerou difícil fugir à alternativa porque o crédito especial deve ser votado pelo Legislativo, na forma de medida provisória. De qualquer modo, o líder deixou em aberto a possibilidade de surgir outra fórmula, explicando que antes da reunião da tarde, deverá ser ouvido o parecer do Consultor-Geral do Senado.

Mesmo falando do "alto custo" da convocação, Ronan Tito disse não saber estimar o montante das despesas, adiantando apenas que elas incluem o transporte (de avião) dos 575 congressistas, bem como o pagamento de diárias. Observou ainda o líder peemedebista que durante o período em que estiver convocado, o Congresso deverá



Ponte negocia convocação

tratar apenas da matéria objeto da convocação, segundo o que dispõe o artigo 62 da Constituição: "Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias".

Sarney

O presidente José Sarney autorizou ontem a liberação de NCz\$ 10 milhões para atender aos flagelados das enchentes em todo o País, em caráter emergencial, determinando ainda a realização de estudos técnicos para definir novos recursos a serem liberados nos próximos dias. Dos NCz\$ 10 milhões autorizados pelo Presidente, que se

encontra descansando na ilha de Curupu, próxima a São Luiz, no Maranhão, NCz\$ 4 milhões já foram liberados ontem mesmo pelo Ministério do Interior.

Em vista do esgotamento de recursos das reservas de contingência, que é uma rubrica constante do orçamento destinada a casos de emergência, técnicos do Gabinete Civil e da SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças), do Ministério do Planejamento, estão procurando identificar outras fontes de recursos para o atendimento dos flagelados, além dos NCz\$ 10 milhões já autorizados pelo Presidente.

De acordo com a Constituição, o Governo pode remanejar até 20% de qualquer rubrica constante do orçamento de um exercício, para o atendimento de casos de emergência. Os técnicos, contudo, estão encontrando dificuldades em identificar recursos que ainda não estão comprometidos.

Essa é a primeira vez nos últimos dez anos que o governo não encontra recursos na reserva de contingência do orçamento para o atendimento de calamidades. É que os recursos dessa rubrica, este ano, acabaram sendo comprometidos para o pagamento de pessoal.

No próximo ano, a situação de escassez de recursos será idêntica a deste ano uma vez que a SEPLAN lançou mão dos recursos da reserva de contingência para cobrir as despesas orçamentárias do Poder Judiciário. Caso haja em 1990 alguma emergência, o próximo Governo estará em dificuldades para encontrar recursos de modo a atendê-la.